



A universidade pública *contra* os povos indígenas? A presença indígena Xavante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT, e a proposta do Museu “A’uwē Uptabi” de Campinápolis-MT

Saulo Augusto de Moraes (UNEMAT - saulo.augusto.moraes@unemat.br)¹

Renato Fonseca de Arruda (UNEMAT - fonsecaarruda@gmail.com)²

Jairo Luís Fleck Falcão (UNEMAT - jairofalcao@unemat.br)³

Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (UNEMAT - waldineiaferreira@unemat.br)⁴

Ronny Maleval Waamate Tserebutu (UNEMAT - ronny.maleval@unemat.br)⁵

Atílio Assis Tsiwawêdzé Tserebutu (UNEMAT - atilio.assis@unemat.br)⁶

Osmar Hu’utewiri Babati Tobrodi (UNEMAT - osmar.tobrodi@unemat.br)⁷

Resumo: Este artigo é um recorte de pesquisa participante no contexto da educação popular e interculturalidade crítica, em andamento, acerca do processo de luta indígena Xavante para a criação do Museu “A’uwē Uptabi” na cidade de Campinápolis (MT). Esse processo se iniciou a partir da chegada de estudantes indígenas Xavante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT), em 2022. Como bolsistas de extensão junto ao setor etnológico do Museu do Vale do Arinos, instituição indigenista vinculada à administração municipal e à UNEMAT (gestão compartilhada), estes estudantes passaram a ter contato com as etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa, locais, provocando no espaço museal etnoculturalidade. Dado a forte presença indígena no Museu do Vale do Arinos e acervos arqueológicos e etnológicos, os estudantes Xavante iniciaram um processo de luta para a criação do Museu “A’uwē Uptabi” vinculado à administração municipal de Campinápolis (MT), tendo como referencial o Museu do Vale do Arinos. Esse novo processo de luta Xavante, passa a compor um movimento inicial surgido em Mato Grosso, a partir do Museu do Vale do Arinos, para a (re) significação e (re) apropriação do conceito de museus indigenistas. Se trata da busca por reconhecer nesses espaços, carregados de valores coloniais, a presença e a participação indígena de forma universal. Um ponto fundamental desse processo, é a ideia de se combater a apropriação que a memória colonizadora faz dos museus enquanto espaços institucionais na busca por legitimar o discurso lacunar da colonização na disputa pela representação do passado.

Palavras-chave: Universidade pública. Povos indígenas. Museu.

¿Universidades públicas contra los pueblos indígenas? La presencia indígena Xavante en la Universidad Estatal de Mato Grosso (UNEMAT), campus Juara-MT, y la propuesta del Museo «A’uwē Uptabi» en Campinápolis-MT

Resumen: Este artículo forma parte de una investigación participativa en el contexto de la educación popular y la interculturalidad crítica, en curso, sobre el proceso de lucha indígena xavante por la creación

¹ Indigenista. Mestre em Educação. Doutorando, bolsista CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP-ANHANGUERA, Campo Grande-MS. Docente interino da Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.

² Doutor em Museologia. Pós-doutorando junto à Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT.

³ Doutor em História. Docente efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.

⁴ Doutora em Educação. Docente efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.

⁵ Indígena Xavante. Estudante de Pedagogia junto à Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.

⁶ Indígena Xavante. Estudante de Pedagogia junto à Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.

⁷ Indígena Xavante. Estudante de Pedagogia junto à Universidade do Estado de Mato Grosso. Juara-MT.



del Museo “A'uwē Uptabi” en la ciudad de Campinópolis (MT). Este proceso comenzó con la llegada de estudiantes indígenas xavante a la Universidad Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), campus Juara (MT), en 2022. Como becarios de extensión con el sector etnológico del Museu do Vale do Arinos, institución indígena vinculada a la administración municipal y a la UNEMAT (gestión compartida), estos estudiantes comenzaron a tener contacto con las etnias indígenas locales Apiaká, Kayabi, Munduruku y Rikbaktsa, provocando la etnoculturalidad en el espacio museístico. Dada la fuerte presencia indígena en el Museo del Valle de Arinos y en las colecciones arqueológicas y etnológicas, los estudiantes xavante iniciaron un proceso de lucha por la creación del Museo “A'uwē Uptabi” vinculado a la administración municipal de Campinópolis (MT), teniendo como referencia el Museo del Valle de Arinos. Este nuevo proceso de lucha xavante forma parte de un movimiento inicial surgido en Mato Grosso, desde el Museu do Vale do Arinos, hacia la (re)significación y (re)apropiación del concepto de museos indígenas. Se trata de la búsqueda de reconocer en estos espacios, llenos de valores coloniales, la presencia y participación de los pueblos indígenas de manera universal. Un punto fundamental de este proceso es la idea de combatir la apropiación que la memoria colonizadora hace de los museos como espacios institucionales en la búsqueda de legitimar el discurso abierto de la colonización en la disputa por la representación del pasado.

Palabras clave: Universidad pública. Gente india. Museo.

Public universities against indigenous peoples? The Xavante indigenous presence at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Juara-MT campus, and the proposal for the “A'uwē Uptabi” Museum in Campinópolis-MT

Abstract: This article is a part of participatory research in the context of popular education and critical interculturality, in progress, about the process of indigenous Xavante struggle for the creation of the “A'uwē Uptabi” Museum in the city of Campinópolis (MT). This process began with the arrival of indigenous Xavante students at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Juara campus (MT), in 2022. As extension scholarship holders with the ethnological sector of the Museu do Vale do Arinos, an indigenous institution linked to the municipal administration and UNEMAT (shared management), these students began to have contact with the local indigenous ethnicities Apiaká, Kayabi, Munduruku and Rikbaktsa, causing ethnoculturality in the museum space. Given the strong indigenous presence in the Arinos Valley Museum and archaeological and ethnological collections, Xavante students began a process of struggle for the creation of the “A'uwē Uptabi” Museum linked to the municipal administration of Campinópolis (MT), having as a reference the Arinos Valley Museum. This new process of Xavante struggle forms part of an initial movement that emerged in Mato Grosso, from the Museu do Vale do Arinos, towards the (re)signification and (re)appropriation of the concept of indigenous museums. It is about the search to recognize in these spaces, full of colonial values, the presence and participation of indigenous people in a universal way. A fundamental point of this process is the idea of combating the appropriation that colonizing memory makes of museums as institutional spaces in the search to legitimize the gaping discourse of colonization in the dispute for the representation of the past.

Keywords: Public university. Indian people. Museum.



Considerações iniciais

Este artigo é um recorte de pesquisa participante (Brandão, 1988; Silva, 1991) no contexto da educação popular (Brandão & Borges, 2008) e interculturalidade crítica (Canclini, 2004; Candau, 2008; Walsh, 2009), em andamento, acerca do processo de luta indígena Xavante para a constituição do Museu “A'uwē Uptabi” na cidade de Campinápolis, região nordeste do Mato Grosso. A análise se concentrou nas ações que se desdobraram a partir do ingresso de três estudantes Xavante no curso de pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT), entre os anos de 2022 e 2023.

O povo indígena Xavante, a exemplo de outros povos indígenas do Brasil, atravessou um intenso processo de depopulação, perda de territórios para as frentes de colonização, transformações culturais compulsórias, perdas materiais e imateriais de elementos de fronteira étnica etc. Após um longo período de êxodo, auto isolamento e fuga dos invasores não indígenas no transcorrer do século XX (uma continuidade desde o século XVIII), este grupo iniciou um processo de luta organizada para garantir os meios, mínimos, de sobrevivência material e étnica, tendo alcançado algumas demarcações de terras na forma da legislação brasileira. Porém, as ameaças aos seus territórios e modo de vida, nunca cessaram. Nesse sentido, esses estudantes passaram a incorporar um movimento recente que busca ressignificar o conceito de instituição museal pública pela apropriação decolonial e multirreferencial desse espaço historicamente carregado dos valores coloniais, o transformando em espaço de pertencimento étnico, com o compartilhamento do poder de tomada de decisão e participação universal na gestão curatorial e produção (etno)política.

O movimento Xavante pela criação do Museu “A'uwē Uptabi” de Campinápolis (MT), tem como referencial o Museu do Vale do Arinos, sediado em Juara (MT) – precursor desse movimento no estado –, que apresenta como ideia central a transformação dos processos de salvaguarda, estudo e difusão (coloniais) logocêntricas das materialidades arqueológicas e etnológicas, em processos decoloniais, contra-hegemônicos e com a presencialidade indígena de forma direta no espaço da musealização, que deve ocorrer conjuntamente da memória social indígena remanescente, desde o chão da aldeia que se conecta com as cosmologias étnicas originárias, até o compartilhamento universal do poder de tomada de decisão.



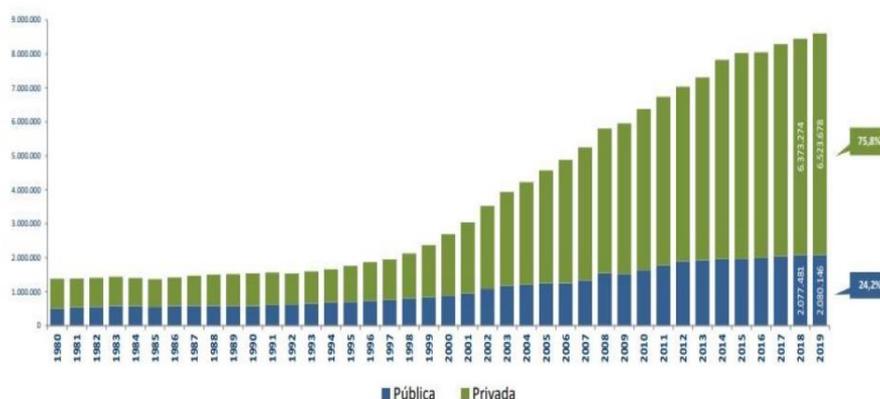
A universidade pública *contra* os povos indígenas?

A provocação colocada na forma de título – e aqui na forma de subtítulo – objetiva enfatizar um problema que merece atenção das pesquisas e publicações acadêmicas: a incipiente presença indígena nos cursos de graduação das universidades públicas não diferenciadas.

Infelizmente, não há banco de dados no Ministério da Educação que compile a estatística real de indígenas matriculados nesses espaços universitários, o que gera um problema para a análise quantitativa dessa realidade. Contudo, a pouca presença indígena no espaço universitário não diferenciado é de conhecimento geral.

É indiscutível o avanço do ensino superior público no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX. Porém, o número de matriculados entre 1980 e 2019 aponta para uma maior incidência nas instituições privadas.

Figura 01: Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil 1980 – 2019



Fonte: INEP/MEC: Censo da Educação Superior (2020).

Isso demonstra que apesar do desenvolvimento de diferentes políticas de acesso ao ensino superior público – tanto de programas de governos, quanto das próprias universidades públicas – não se avançou tanto quanto se poderia ter avançado, já que esse avanço se encontra no ensino superior privado, como se nos apresenta o quadro acima – e consequentemente, fazendo uma extrapolação simples, haverá uma presença maior de indígenas nessas instituições privadas.

Assim, em que pese o ensino superior no Brasil estar sujeitado a um “[...] efetivo processo de mercadorização/mercantilização sem precedentes” (Bianchetti & Sguissardi, 2017: 14), é necessário que as universidades públicas exercitem a autocrítica e reconheçam a *mea culpa* nisso.



Se por um lado a educação superior pública como direito subjetivo (não universal) é o que intensifica sua mercadorização, por outro, os sistemas de acesso ainda se configuram instrumentos (técnicos e burocráticos) de exclusão da grande parcela vulnerável, social e economicamente, da população, em especial os povos indígenas. Isso porque seus processos seletivos, na quase totalidade dos casos, ainda são sistemas homogêneos (vestibulares universais, Enem) absolutamente estranhos às diferenças étnicas, apesar dessas diferenças serem reconhecidamente constitutivas da sociedade nacional, conforme preceitua a Constituição Federal (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Não é por outro motivo que a presença indígena no ensino superior público não diferenciado é extremamente baixa.

O discurso que se repete à exaustão no âmbito institucional das universidades públicas, é aquele de uma suposta obrigatoriedade desse modelo (técnico e burocrático) de processo seletivo, bem como uma suposta dificuldade, intransponível, para se propor processos seletivos que reconheçam nas questões de provas, diferenças étnicas e transposição epistemológica (o reconhecimento das epistemologias étnicas relacionadas com os saberes tradicionais). O conhecimento elaborado – e seus conceitos acadêmicos – colocado aos sujeitos indígenas nas questões de provas, ainda é aquele ocidental/branco/europeu/estadunidense... colonial.

Esse tipo de processo seletivo (vestibular universal, Enem), frente ao problema que colocamos, mantém e atualiza a violência simbólica, a qual “se justifica” nas políticas de cotas e noutras políticas internas semelhantes, produzidas no âmbito de algumas universidades públicas. A violência simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu & Passeron (1982) e amplamente aceito no campo dos estudos culturais na América Latina, se localiza nas relações de poder e dominação e é uma forma sutil de opressão naturalizada. Essa violência simbólica cometida contra os povos indígenas, também pode ser interpretada a partir do conceito de colonialidade do saber, a dimensão ontológica da colonialidade do poder (Mignolo, 2000), que moldou, historicamente, estruturas epistêmicas e o controle do conhecimento.

Frente a essa problemática histórica do (não) acesso indígena às universidades públicas não diferenciadas, mobilizações indígenas – colaboradas por organizações não governamentais e associações indigenistas, etnólogos e pesquisadores – passaram a reivindicar, após a promulgação da Constituição Federal, um espaço diferenciado de formação superior. Assim,



em 2005 tomou forma o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), no âmbito do Ministério da Educação.

Nesse sentido, observa-se um avanço, com a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), que passou a vigorar em 2005 e visa apoiar cursos de formação de professores indígenas, as chamadas Licenciaturas Interculturais Indígenas. Até 2016 o programa contou com a adesão de 21 instituições de ensino superior (universidades federais e estaduais e institutos federais), ofertando 25 cursos, em 16 estados da federação (Nascimento, 2017) (Bergamaschi & Leite, 2022: 60).

De acordo com Ferreira, Sales e Zoia (2021), a criação do PROLIND possibilitou o subsídio de 19 cursos de licenciatura e pedagogias interculturais, tendo mais de 3.000 matrículas ativas, conforme aponta o relatório de 2018. A própria Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) já formou mais de 500 professores indígenas através da Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), a primeira do país, sediada no campus de Barra do Bugres (MT). Essas informações deixam claro a importância desses espaços específicos de formação superior indígena, indicando para sua necessária manutenção e investimento.

Contudo, é necessário, também, problematizar a limitação provocada por esses espaços que passam a se configurar de exclusividade indígena obrigatória, o que pode ser compreendido como um reforçador da não participação indígena nas socialidades universitárias não indígenas. Ora, a interculturalidade passa, também, pela vivência do estudante indígena nessas socialidades não indígenas. Essa interculturalidade não pode ser compreendida como assimilação, no tempo presente.

Evidentemente que não estamos advogando contra o espaço diferenciado de formação superior indígena, mas tão somente afirmando a importância da presença indígena, também, no espaço universitário não diferenciado, inclusive para se superar estereótipos, assim como a necessária revisão e autocrítica que as universidades públicas, enquanto espaços pretensamente plurais e inclusivos, precisam fazer, pois se não fizerem, estarão mascarando uma outra forma de exclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) obriga as instituições de ensino superior a regulamentarem algum tipo de processo seletivo para o ingresso na graduação. Porém, não obriga que esse processo seletivo seja da forma como atualmente está (vestibular universal, Enem). Isso é uma escolha política de cada instituição (a escolha técnica e burocrática é, também, escolha política). Esse processo seletivo poderá ser,



inclusive, apenas a apresentação de algum documento comprobatório de conclusão do ensino médio – o que, inclusive, impactaria em uma diminuição significativa nos custos, tanto para o estudante quanto para as universidades públicas.

Queremos dizer que a instituição pública de ensino superior não diferenciada pode prever excepcionalidade em seus editais de acesso à graduação, no caso indígena, posto que a política de cota, apesar de importante, ainda é insuficiente. A apresentação de documento comprobatório de conclusão do ensino médio como critério de seleção indígena para o ingresso na graduação, limitado a algum percentual de vagas por turma, poderia ser um ótimo exemplo de escolha política. Sem dúvida que a adoção de um modelo assim faria com que as universidades públicas dessem um salto quantitativo no número de estudantes indígenas ingressantes e um salto qualitativo em termos de inclusão e promoção da diversidade cultural no espaço universitário não diferenciado.

Esse foi o caso da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT), em 2022.

A presença indígena Xavante na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT)

Com o retorno das aulas presenciais no pós-pandemia, um novo fenômeno se apresentou ao campus universitário de Juara (MT): o *déficit* de inscritos no processo seletivo vestibular para ingressar na graduação – um reflexo da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus no mundo (Araújo, Carvalho & Moraes, 2023), (Minchola *et al.*, 2023).

Assim, foi necessária a adoção de novas estratégias – urgentes – para superar esse esvaziamento. Uma dessas estratégias foi a mudança excepcional no processo seletivo, bastando apenas a apresentação de documento comprobatório de conclusão do ensino médio para o ingresso. Deu certo.

No edital anterior (modelo tradicional de processo seletivo), o número de inscritos não chegou a dez, por curso. Com o novo modelo excepcional adotado, esse número triplicou quanto ao total de vagas ofertadas (de 30, saltou para 90). Isso respondeu a um primeiro problema até então não percebido (ou ignorado) pela instituição: a falta de inscritos no processo seletivo vestibular não reflete um suposto desinteresse da população em geral (incluindo-se indígenas).



Foi nesse contexto, sem vestibular tradicional ou Enem, que dois indígenas Xavante⁸, (coautores do presente artigo) da Terra Indígena “Parabubure”, situada em Campinópolis (MT) – distante 960 km de Juara (MT) – se inscreveram para cursar pedagogia.

Estes indígenas ao chegarem em Juara (MT), no início do semestre letivo de 2022, sem condições financeiras para a estada inicial, foram alojados no Museu do Vale do Arinos⁹ - instituição da administração pública municipal, mas vinculada, legalmente, ao campus universitário (gestão compartilhada). Ali ficaram por aproximadamente três meses. Esse foi o tempo necessário para que o campus local conseguisse apoiá-los financeiramente via bolsas de graduação, vinculadas a atividades de extensão junto ao setor de etnologia do referido museu, possibilitando que se estruturassem, minimamente, o suficiente até a conclusão do curso. No início de 2023, outro indígena Xavante (também coautor do presente artigo), parente dos dois primeiros, também se inscreveu no curso de pedagogia, vindo a receber, também, bolsa de extensão.

Ocorre que o Museu do Vale do Arinos se caracteriza como a primeira política municipal de preservação de referências culturais indígenas de Juara (MT) e região (Moraes *et al*, 2023) na forma de instituição indígena e indigenista (ainda que não exclusivamente), pois, tem na sua base a participação universal das etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, tanto na formação de acervos quanto no processo de administração (Arruda, 2022) e gestão curatorial. Nesse sentido, é uma instituição inter e etnocultural de postura decolonial (Moraes, 2022). A presença Xavante nessa instituição museal, provocou novas relações interétnicas, pois a presença Kayabi, Apiaká, Rikbaktsa e Munduruku é constante ali, dado os diferentes usos que fazem da instituição. Essa nova relação interétnica, despertou nos povos indígenas locais o interesse em ingressar nos cursos de graduação do campus universitário de Juara (MT), algo que até então ocorria com muita timidez, pois, aqueles indígenas que se interessavam em cursar graduação, optavam pela Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) do campus de Barra do Bugres (MT). A partir daí, outro fenômeno se apresentou ao campus local: a presença indígena de diversas etnias.

⁸ “O termo Xavante, como a denominação de qualquer povo indígena, tem sua escrita iniciada com maiúscula e inalterada no plural, em respeito a uma convenção entre os antropólogos” (Wenzel, s/d, p. 02). Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/XVD00319.pdf> acesso em 09 out. 2023.

⁹ <https://museudovaledoarinos.org.br/>



Até o final de 2021 o número total de indígenas presentes nos cursos de graduação do campus local, era de apenas 02 (da etnia Kayabi), já em março de 2024, esse número saltou para 18 (das etnias Kayabi, Apiaká, Rikbaktsa, Munduruku, Waurá, além dos Xavante), um aumento percentual de 900%.

Essa presença indígena no campus universitário de Juara (MT) provocou novos desafios pedagógicos aos docentes e uma excelente oportunidade para novos aprendizados, provocando, pela primeira vez, reuniões e formações docentes sobre a questão. Essa presença, também suscitou o pensamento e a atitude interculturais, não apenas nos docentes, mas sobretudo nos discentes não indígenas, dando sentido ao conceito de inclusão e promoção do (re)conhecimento do Outro étnico.

Sobre a presença indígena no Museu do Vale do Arinos, Moraes (2022: 92-93) comenta que:

[...] o museu oferece conforto naquilo que pode, tem banheiro, cozinha, bebedouro com água gelada. Porém, o banheiro não possui chuveiro (na emergência, como é comum ocorrer, banham-se através da pia, a qual enchem de água e a pegam com uma caneca). Também não há alojamento para pouso, mas indígenas que precisam de lugar para dormir, dormem em um sofá que fica na sala administrativa ou providenciam colchões da Unemat e os colocam no saguão do museu.

Essa presencialidade indígena, de diferentes etnias, no cotidiano do Museu do Vale do Arinos, ao provocar novos laços interétnicos, provocou também o interesse Xavante em desenvolver seu próprio museu, pois os estudantes Xavante percebendo a apropriação que os indígenas das outras etnias fazem do Museu do Vale do Arinos, não em um sentido restrito da museologia, mas no sentido socioantropológico de um novo/outro espaço de luta, de afirmação (étno)política, identitária e de preservação da memória social de cada grupo indígena, entenderam ser essa uma estratégia importante a somar na luta Xavante organizada, em razão da perda constante de referências materiais e imateriais Xavante, em seus diferentes territórios.

A proposta do Museu “A’uwē Uptabi” de Campinápolis-MT

A vivência dos estudantes indígenas Xavante junto ao Museu do Vale do Arinos, tanto quando ali permaneceram alojados, quanto das suas atuações posteriores como bolsistas de extensão junto ao setor de etnologia, lhes possibilitou diálogos interculturais/interétnicos e a coleta constante de informações, diretamente junto aos povos indígenas Kayabi, Apiaká,



Rikbaktsa e Munduruku e aos não indígenas vinculados ao museu, acerca do processo histórico recente de fundação da instituição, inaugurada em 2018. Assim, no início de novembro de 2023, solicitaram uma reunião com membros do Museu do Vale do Arinos, incluindo-se equipe gestora e um profissional historiador do patrimônio e museólogo vinculado (coautor deste artigo), assim como com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus local.

A reunião, realizada de forma remota no dia 11 de novembro, teve a participação do cacique Azevedo Onésimo Waamate Tserebutu e de outras lideranças Xavante, a partir de Campinápolis (MT). Ficou evidente nessa reunião a vontade Xavante em preservar suas referências históricas e culturais; a necessidade sentida por um espaço de memória social do grupo; a preocupação com a perda de referências materiais e imateriais do passado. Também foi possível perceber a ideia desse museu e o sentido de um museu/espaço de movimento Xavante no contexto da luta indígena organizada. Não apenas um museu estático, um mausoléu de coisas antigas, mas um museu de presencialidade Xavante atual, referendada na cosmologia que se conecta com a ancestralidade.

Conforme observa Moraes (2022: 93), o sentido indígena atribuído à instituição museal nesse contexto, a compreensão indígena do que seria esse espaço, é diferente do sentido atribuído e da compreensão não indígena:

Em nossa análise, essa forma indígena de “ver” e se relacionar com a instituição faz dela um espaço vivo, dinâmico, interativo, incapaz de engessamentos, incapaz de muros, impedindo, assim, a morte da própria instituição e sua transformação em um museu-mausoléu, colonial/colonizante. Essa presencialidade indígena, essencialmente geradora de decolonialidades, faz da instituição um espaço em movimento contínuo, um museu-mundo, ampliando o conceito museológico tradicional. Na perspectiva da sociomuseologia esse museu-mundo vivido, vivenciado e vivente é de intersecções entre preservação, estudo, difusão, educação, política, movimento, exercício de cidadania e práxis em sentido amplo, multitransversal e decolonial.

Para a museóloga Maria Célia Teixeira M. Santos (1994: 68):

[...] o simples ato de preservar, isolado, descontextualizado, sem objetivo de uso, significa um ato de indiferença, um “peso morto”, no sentido de ausência de compromisso. Entendemos o ato de preservar como instrumento de cidadania, com um ato político e, assim sendo, um ato transformador, proporcionando a apropriação plena do bem pelo sujeito, na exploração de todo seu potencial, na integração entre bem e sujeito, num processo de continuidade.

Ao analisar o sentido que as etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku atribuem ao Museu do Vale do Arinos, Moraes (2022) comenta:



Nesse ponto, compreendemos que o Museu do Vale do Arinos tem sentido de suporte infraestrutural básico para as necessidades indígenas imediatas quando estão na cidade. Parece não haver, na compreensão indígena, uma separação entre instituição museológica/museal (nos moldes tradicionais não indígenas) e instituição de apoio e de muitos usos para as mais diferentes necessidades que se apresentam à sua sobrevivência material e étnica.

Munduruku (2019: 9), ao analisar os sentidos que os povos indígenas de Juara (MT) atribuem ao Museu do Vale do Arinos, explica que:

[..] o Museu do Vale do Arinos é para nós indígenas uma extensão das nossas aldeias, um lugar de nossa cultura na cultura não indígena, o que o faz também um espaço de integração onde nós podemos conhecer e conviver com o outro sem deixar de sermos nós.

A exemplo do sentido atribuído à arte e ao usual, na perspectiva indígena, quando Berta G. Ribeiro (1989: 15) diz que:

Num depoimento sobre etnologia e estética, Lévi-Strauss afirma não crer que, no âmbito tribal “a arte ocorra como um fenômeno completamente separado como ele costuma ser em nossa sociedade. Nessa sociedade tudo tende a se separar: a ciência se desliga da religião, a religião se desliga da história, e a arte se desliga de todo o resto. Nas sociedades estudadas pelos etnólogos, evidentemente, tudo isso se encontra unificado” (C. Lévi-Strauss 1982: 24).

As etnias indígenas de Juara (MT) não separam o Museu do Vale do Arinos, do cotidiano étnico, como o não indígena faz. Não há separação entre esse espaço como sendo espaço apenas de preservação, estudo e visitação pública em horários programados, e espaço de uso comum para todos os fins a que pode servir. Utilizam-se da instituição em todos os períodos, quando necessitam (no meio de semana, nos finais de semana, nos feriados), pois também possuem as chaves da instituição. Vale dizer, entretanto, que protegem afetivamente os artefatos arqueológicos e etnológicos preservados, pelo sentido de pertencimento que possuem.

Moraes (2022) aponta que é exatamente essa presencialidade indígena constante no Museu do Vale do Arinos, que lhe dá vida decolonial, gerando interculturalidade e etnoculturalidade, rompendo com paradigmas estabelecidos em torno do que se compreende por instituição museal na concepção não indígena. Esse modo indígena de se apropriar da instituição museal como um novo espaço de luta organizada e de instrumentalização (etno)política, não a descaracteriza da sua concepção de instituição “[...] aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e intangível da



humanidade e seu meio ambiente para os propósitos da educação, estudo e lazer” (Cabral, 2012: 39).

Na reunião ficou evidente que a ideia do Museu “A'uwē Uptabi¹⁰”, tomando como referencial inicial o Museu do Vale do Arinos, é de um espaço público vinculado a administração municipal de Campinápolis-MT, mas transformado para o modo do indígena (sem confrontar a legislação museológica). É a ideia de uma instituição pública formal, porém reconhecendo o modo étnico de apropriação e atribuição de significado, compartilhando o poder de tomada de decisão sobre acervos e processos de gestão, já que instituições indigenistas sem a presença indígena nos lugares de tomada de decisão, tendem ao colonial.

O nome do museu foi atribuído pelo cacique, com apoio das lideranças e dos estudantes indígenas, e pretende ser o primeiro espaço museal Xavante ligado à administração municipal.

Evidentemente que os problemas previstos para a sua constituição legal (projeto de lei municipal; lei municipal; decreto municipal de regulamentação; portarias etc) e concretização material (prédio; mobiliários; materiais) são muitos. Contudo, os povos indígenas, em geral, são, desde sempre, desafiados a superar problemas advindos da sociedade não indígena. Há que se superar mais um! A reunião demonstrou uma primeira organização de ideias entre indígenas Xavante e participantes não indígenas (autores do presente artigo). A instrução inicial foi para a formação de coleções de elementos materiais da cultura Xavante nas próprias aldeias da T.I. “Parabubure”, assim como a realização de audiovisual, com roteiro previamente orientado, na forma de entrevista com anciãos Xavante, com recursos da metodologia da História Oral indígena (Freitas, 2004), para salvaguardar a memória étnica do passado recente.

Paralelamente, o encaminhamento de requerimento à Câmara Municipal de Vereadores de Campinápolis (MT) solicitando a formulação de projeto de lei municipal para a criação do Museu “A'uwē Uptabi”. Nesse sentido, são movimentos distintos que se convergem adiante, exigindo organicidade e estratégias coletivas de trabalho e de movimentação política em Campinápolis (MT).

A ideia de um museu vinculado à administração municipal – e não um museu puramente indígena, em alguma aldeia – tem sentido de responsabilizar o poder público municipal naquilo

¹⁰ “A'uwē Uptabi” pode ser traduzido como “povo verdadeiro, ou povo autêntico”. Já o cacique Azevedo Onésimo Waamate Tserebutu, prefere traduzir a frase como “povo de verdade”, no sentido de a etnia compor os povos originários.



que lhe é devido: a proteção e difusão de bens históricos e culturais relacionados com os grupos formadores do Brasil. Ora, os recursos públicos devem alcançar a proteção e a difusão de bens históricos e culturais indígenas, pois não há distinção na legislação brasileira.

O requerimento para a formulação e proposição do Projeto de Lei municipal para a constituição do Museu “A'uwē Uptabi”, deverá ser protocolado na Câmara Municipal de Vereadores de Campinápolis (MT) ainda no corrente ano (2024), antes do período eleitoral. Vale observar que já vem ocorrendo um movimento de articulação política no conjunto das relações político-partidárias de Campinápolis (MT), que tem, inclusive, dois vereadores Xavante eleitos e em exercício. Também é importante dizer que há um número significativo de eleitores Xavante no referido município, em torno de 3.200, de acordo com o vereador e cacique Azevedo Onésimo Waamate Tserebutu, de um total demográfico municipal de 15.385 (IBGE, 2017). Esse número expressivo de Xavante, em comparação a demografia municipal de Campinápolis (MT), reforça a luta indígena na direção desse processo de construção do Museu “A'uwē Uptabi” e aponta para uma possibilidade real de se alcançar esse objetivo.

O Museu “A'uwē Uptabi” pode provocar (novas) respostas sobre o passado étnico a partir da formação de acervos autoidentificados; pode provocar pesquisas etnográficas e etnoarqueológicas, as quais podem ser conduzidas pelos próprios Xavante (e/ou em parceria); pode provocar novas pesquisas indigenistas e tecnologias sociais indígenas no contexto urbano. Tudo isso é importante na geração de dados e processos pedagógicos decoloniais (Walsh, 2012: 2013) no âmbito do museu e da educação museal (Matos, 2013) que vai gerar significado ao Museu “A'uwē Uptabi”. Essa perspectiva importa também na busca por ressignificação da ideia de instituição museal indigenista no Brasil, o que por si só já é importante, uma vez que essa instituição precisa passar por ressignificação, bastando observar a inexistência da participação indígena via concurso público ou em função de gestão. A participação quando ocorre ou é subalterna (Spivak, 2010), ou é de exposição de corpos indígenas.

Breve retrospectiva Xavante

A historiografia brasileira sempre foi injusta com os povos indígenas do Brasil (possuindo uma dívida de memória gigantesca). Por seu turno, aquilo que se produziu na antropologia social voltada para os estudos indigenistas, no século XX, também não foi suficiente para se



compreender as diferentes construções históricas (materiais) e socioantropológicas (imateriais) desses grupos originários e suas complexas relações interétnicas e mútuas influências etnoculturais. Nesse contexto, o passado Xavante é pouco conhecido.

Apesar da relevância da literatura indigenista Xavante produzida até o momento e a constatação da memória social remanescente guardando elementos da cosmologia étnica conectada à ancestralidade, ainda mal se arranhou a superfície, pois as cosmologias indígenas são milenares. Nesse sentido, qualquer instituição que se propõe preservar elementos tangíveis e intangíveis das construções históricas e da memória social indígena – com participação indígena de forma universal, como explicamos – é relevante, tanto para a afirmação e valorização étnica, quanto para a pesquisa.

Sobre a presença Xavante na história, um dos primeiros registros que se tem conhecimento, data de 1788. Trata-se de uma carta da Câmara de Vila Boa de Goiás enviada à Coroa portuguesa, num contexto que justificava as “boas” ações do governador Tristão da Cunha Menezes, acerca da assimilação de um contingente Xavante.

[...] a redução principalmente do gentio da Nação Xavante, que acabava pôr em tranqüilidade a capitania devastada e reduzida ao ultimo estado por aquêles inimigos. Que jamais se tinha visto desentranharem-se de um sertão incluso e virem cheios de humildade e brandura misturarem-se com aquêles povos sem a desordem que se podia temer de tão grande multidão, chegando pelo que dizem perto de três mil. (Documentos Históricos, 1928: 103-104).

Por sua vez, Cunha (1992: 357) explica que:

[...] os Xavante estiveram sempre mudando de território, em migrações contínuas, desde que se tem registro; de outro, tendo convivido com não-índios pelo menos a partir do século XVIII, negaram-se ao contato em fins do XIX, afastando-se das regiões colonizadas de Goiás e migrando em direção oeste. Iam em busca de refúgio seguro, que encontraram na região da serra do Roncador, para além do rio das Mortes. Ali, no coração do que é hoje o Mato Grosso, em região pertencente à Amazônia Legal, foram alcançados novamente pelos brancos, já na década de 40 deste século. Dessa vez, porém, haviam se esgotado os refúgios nas terras em que lhes apraz viver: os campos cerrados. Por fim, em épocas tão recentes como as décadas de 70 e 80, sofreram — por parte do órgão governamental encarregado das populações indígenas — interferências decisivas em seu destino, que fizeram da história xavante contemporânea um caso exemplar para a descrição e análise da política indigenista oficial brasileira.



Após a segunda metade do século XX, o povo Xavante buscou se organizar para fazer a luta pela demarcação dos territórios anteriormente ocupados, perdidos para as frentes colonizadoras.

A partir de meados da década de 40 chegam às cidades informações sobre as primeiras "vitórias", em que se haviam empenhado agentes federais, grupos particulares de "neobandeirantes" paulistas e missionários. A rendição de uma primeira aldeia, à margem do rio das Mortes, é celebrada como a "pacificação dos Xavante": a região estava aberta, afinal, à colonização e ao "progresso"; os selvagens destemidos, afinal, amansados. Abre-se o campo de batalha: a década de 50 divulga notícias das expedições punitivas, dos massacres, das transferências de território, das epidemias que dizimaram mais da metade da população xavante, segundo as estimativas possíveis. Nos anos 60, cala-se a imprensa. Os Xavante deixam de ser notícia. De seu lado, os índios tentam sobreviver, buscando modos de se reorganizar na nova ordem, acomodando-se, como se fosse possível, na perplexidade da perda da autonomia (Cunha, 1992: 358).

De acordo com Souza *et al.* (2016: 329):

[...] até meados de 1950, alguns grupos permaneceram relativamente isolados e independentes. Essa relativa independência foi logo minada pela ocupação de suas terras por não índios (MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1992; COIMBRA JR. et al., 2002; GARFIELD, 2014).

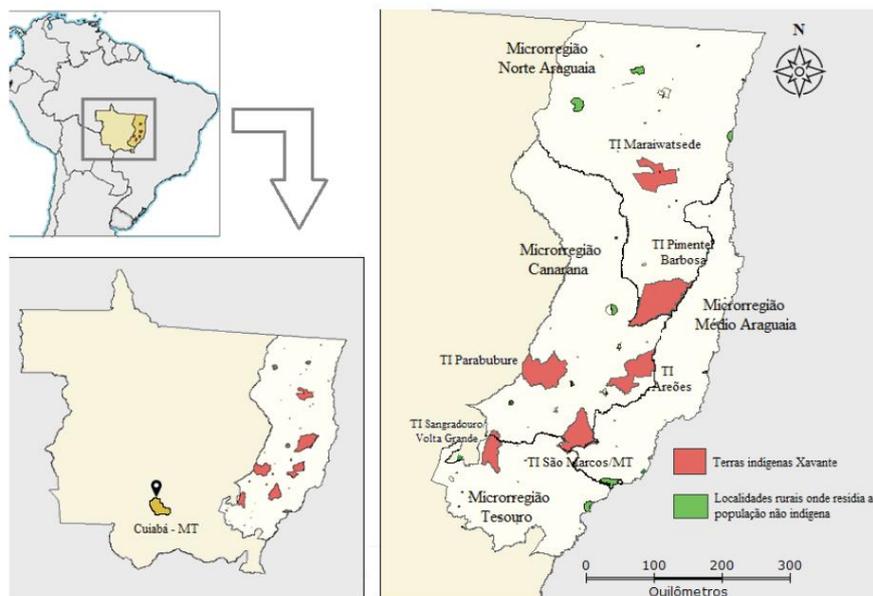
Desde o início do século XX, a missão salesiana se fazia presente em diversas comunidades Xavante. Tanto que a história Xavante desse período se entrelaça com a história da missão (Pouso, 2017). Nos momentos críticos de tomada das terras Xavante pelas frentes colonizadoras, os salesianos desempenharam um importante papel. O diálogo intercultural mostrou-se importante na defesa do direito territorial Xavante.

Mesmo assim, as produções salesianas – em que pese sua capacidade de produção da alteridade cultural – são produções “estrangeiras”, ou seja, sua gênese é de um universo cosmológico outro; o manto é colonial. Nesse sentido, a missão marcou um ponto de ruptura na história desse grupo, buscando integrá-lo à sociedade nacional (para o bem/para o mal) e ao mesmo tempo melhorar sua condição material de vida.

Na luta, o povo Xavante teve êxito na demarcação de alguns territórios.



Figura 02: Localização das terras indígenas Xavante e localidades de áreas rurais inseridas no conjunto das microrregiões Canarana, Norte Araguaia, Tesouro e Médio Araguaia, Mato Grosso, Brasil, 2010.



Fonte: Oliveira (2022: 03)

Os territórios Xavante, assim como outros territórios indígenas, de outras etnias, no Mato Grosso, por si só demandam espaços museais, dado suas dinâmicas socioterritoriais e geo-históricas que retrocedem além do século XV e possuem conjuntos histórico-culturais milenares – em que pese o discurso lacunar da civilização ocidental, branca, europeizada, de racismo estrutural e colonialidades afirmar que esse tipo de instituição não poderá ser (re)apropriada e (re)significada pelos povos indígenas, se “justificando” no discurso da proteção indigenista assistencialista de caráter positivista (Moraes, 2022) a manter a necessidade (fabricada) do tutelamento de corpos e de bens culturais indígenas (especialmente o arqueológico e etnológico), sob o falso pretexto de se estar no manto do “necessário” cientificismo técnico da museologia e arqueologia logocêntricas.

Mas, longe de estarmos aqui atacando as ciências logocêntricas, exógenas, e suas contribuições compulsórias para a produção do mundo como conhecemos, apenas chamamos atenção para a importância do protagonismo sociopolítico e autonomia dos grupos indígenas formadores dos acervos musealizados em instituições indigenistas. Afinal, a ciência, na condição de artefato cultural que é, deve cumprir função sociopolítica.



No pós-constituição federal de 1988, o povo Xavante, a exemplo de diversos outros povos indígenas, buscou se organizar, também, em vários aspectos, nos modos não indígena, como uma nova estratégia de luta. Nesse sentido, Silva (1999: 166 – **grifo nosso**) comenta que:

No quadro geral do Brasil indígena desta última década do milênio, uma novidade histórica é a maciça constituição e consolidação de associações e organizações indígenas locais e regionais. Se a possibilidade legal foi dada pela Constituição de 1988, cujos termos, no tocante aos direitos indígenas, representaram o reconhecimento de processos de organização política e participação indígena crescentes no cenário nacional desde o decênio anterior, o ritmo e a amplitude do surgimento de novas associações indígenas nos anos 90 revelam um valor que se afirma: **a busca de autonomia. Paralelamente ao enxugamento do Estado e à diminuição da capacidade assistencial da Fundação Nacional do Índio (Funai), crescem projetos de autoria indígena em todo o país, formulados com assessoria especializada, mediante parcerias com grupos não-indígenas ou de composição mista e financiados com recursos de organizações não-governamentais, órgãos do governo, universidades e fundos de pesquisa.**

Essa constatação segue nos dias atuais, sendo o Museu do Vale do Arinos (Juara-MT), o Museu “A'uwē Uptabi” (Campinápolis-MT) e o Museu Waurá, da aldeia Piyulaga (Parque Indígena Xingu), exemplos de projetos autônomos em processo, (re)apropriados e (re)significados por povos indígenas do Mato Grosso, colaborado por indigenistas, etnólogos e pesquisadores não indígenas, mas respeitando a autonomia indígena. O museu institucional vinculado à administração pública, historicamente ocupado e significado pelo não indígena, agora deverá, quiçá, ser (re)ocupado, (re)apropriado e (re)significado pelo indígena.

Considerações finais

Este artigo pode ser compreendido como uma publicação inicial, experimental, acerca de um movimento, igualmente inicial, no Mato Grosso, em torno da instituição museal. Este movimento, indígena e indigenista, intercultural, etnocultural, interconectado e de construções intersubjetivas, se propõe, audaciosamente, a questionar os museus que detenham patrimônios arqueológicos e etnológicos. Mais ainda, se propõe a produzir novos museus, seja intra-aldeias, como é o caso do museu indígena Waurá, da aldeia Piyulaga, no Parque Indígena Xingu, em fase inicial; ou nas sedes municipais em que se localizam, como é o caso do Museu “A'uwē Uptabi” e Museu do Vale do Arinos. A diferença desse movimento para outros movimentos indígenas e indigenistas ligados a museus, está no elemento territorial (Mato Grosso) enquanto lugar gerador do "ontos" (ontológico); e no fato de serem museus municipais com proposta de gestão universal compartilhada, com a proposta de preservação e difusão da memória social



étnica e bens materiais relacionados com o passado originário, em confronto direto com a concepção de museus de preservação da memória da colonização – pois, os centros de poder não indígena, tem encontrado, também, nos museus um meio institucional para consolidar o discurso da legitimação da colonização, na disputa pela representação do passado.

As informações tratadas neste artigo, são originárias desse novo movimento, geradas principalmente a partir da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT), especialmente representada no curso de pedagogia, e Museu do Vale do Arinos em conexão com os povos indígenas regionais. Sem qualquer desmerecimento dos demais cursos presentes no referido campus, é importante observar o caráter formador (de formação humana e formação política – para além da formação meramente técnico-científica) do curso de pedagogia, que tem proposta decolonial e parte do princípio da busca constante pela práxis freireana, onde a ação e a reflexão, a teoria e a prática, o enfrentamento e o reconhecimento da diversidade cultural, se interconectam de maneira contínua (Freire, 1987). Essas características provocam nos indígenas (e eles estão descobrindo isso, cada vez mais) sentimento de casa, pois o curso está também, sempre, em movimento, em luta por uma educação, acima de tudo, humanizadora. O próprio Museu do Vale do Arinos é também resultado dessa pedagogia (Moraes & Ferreira, 2021).

O fato da produção deste artigo acontecer num momento de processo, quer dizer, não estando ainda concluída a luta pela criação do Museu “A'uwē Uptabi”, é porque essa luta é infinda, em que pese o desejo recôndito da academia, por conclusões. Interessa-nos isto: o processo, a constância da luta. Pois, ainda que eventualmente nunca venha a acontecer a formalização do Museu “A'uwē Uptabi”, a luta já terá valido a pena, pois não há ideia que retorne ao seu estado original. Inaugurou-se o precedente Xavante. A semente foi plantada e vingará em algum momento. A semente se espalhará com o vento até outros povos indígenas que logo buscarão constituir os seus próprios museus (como é o caso do povo indígena Mehinako, do Parque indígena Xingu, que vem demonstrando um interesse inicial, nesse sentido).

Retornando ao problema inicial, aquele dos processos seletivos para o ingresso estudantil indígena no espaço universitário não diferenciado, é necessário que as universidades públicas revejam o lugar propedêutico, e não de protagonismo, do processo seletivo. O que realmente deve importar é a inclusão, a aprendizagem, a revolução nascida no chão da sala de aula



universitária (e isso não é ser, apenas, romântico), não o processo seletivo em si mesmo. Parece haver uma inversão nisso. O processo seletivo tomou o lugar de protagonista, em vez do direito de estudar (basta ver nos noticiários as ocorrências desesperadoras das pessoas sujeitadas às provas de vestibulares).

A nova realidade que foi escancarada pela pandemia do novo coronavírus, deveria ser o alerta de que ainda se está longe de uma real situação de inclusão das populações socioeconomicamente vulneráveis (e agora não falamos somente de indígenas). Deveria ser um alerta às universidades públicas de que se precisa melhorar, muito, as escolhas políticas no que se refere ao modo de acesso aos cursos (querer ser inclusiva colocando régua meritocrática, tendo como fundamento o conhecimento elaborado ocidental/branco/europeu/estadunidense/colonial e dizer que é modo universal justo a todos, é quimera).

A mudança excepcional ocorrida, por força da pandemia, deveria ser o suficiente para que as universidades públicas, compreendidas na vanguarda das políticas de inclusão e reconhecimento da diversidade cultural, se transformassem e transformassem a realidade atual. Mas infelizmente o que se vê, é o retorno gradual ao modelo anterior. Perde-se a oportunidade de mudança.

Retomando o tema Xavante, este artigo foi gestado disto: a chegada Xavante à universidade pública não diferenciada (graças à mudança excepcional ocorrida no edital de acesso ao curso de pedagogia). Como consequência, o interesse Xavante em propor seu próprio museu. Outra consequência, a exponencial diversidade indígena que inicia chegar ao campus local, incentivados pela chegada dos Xavante. Os estudantes indígenas, de diferentes etnias, dos cursos de pedagogia, letras, administração e engenharia civil, criaram um grupo de *WhatsApp*, gerido por eles, denominado “UNEMAT DA ALDEIA”, grupo que antes era denominado “ALDEIA DA UNEMAT”, mas passou por ressignificação no nome (justificaram que a UNEMAT também pertence às aldeias, mas UNEMAT não tem aldeia).

Uma nova reunião foi realizada em 09/05/2024, de forma virtual, gravada, entre os autores do presente artigo e o povo Xavante. O cacique e vereador em exercício, Azevedo Onésimo Waamate Tserebutu, tratou da construção da proposta do projeto de lei para a criação do Museu “A'uwē Uptabi”, argumentando que fará o protocolo junto à Câmara Municipal de Vereadores de Campinópolis (MT) no mês de junho, do ano em curso.



Referências bibliográficas

ARRUDA, Renato Fonseca de. 2022. *POLÍTICA DE MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios*. Tese de Doutorado em Museologia, UNIRIO/MAST. In: https://www.unirio.br/cla/ppg-pmus/renato_fonseca_arruda.pdf (acessado em 17 de abril de 2024).

ARAÚJO, Rosalia de Aguiar. CARVALHO, Sandra Pereira de. MORAES, Saulo Augusto de. 2023. Resignificação do estágio supervisionado em educação no contexto da pandemia do novo Coronavírus. In: *Abordagens educacionais voltadas ao desenvolvimento mundial*. ISBN 978-65-84976-36-8. Seven Editora, 2023. In: <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/1242> (acessado em 24 de fevereiro 2024).

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. 2018. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Rev. bras. estud. pedagog.*, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. In: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbhyz/?format=pdf&lang=pt> (acessado em 19 de fevereiro de 2024).

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; LEITE, Angela Maria Araújo. 2022. Formação de professores indígenas. A universidade como território de resistência? *Runa* /43.1 enero - junio. In: <http://www.scielo.org.ar/pdf/runa/v43n1/1851-9628-run-43-01-57.pdf> (acessado em 16 de fevereiro de 2024).

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. 2017. *Da universidade à commodity: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

BONIN, Iara Tatiana. 2008. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). *Povos indígenas & educação*. Porto Alegre: Mediação.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. 1982. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). 1988. *Pesquisa Participante*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. 2008. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular, Uberlândia*, v. 6, n. 1. In: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988> (acessado em 12 de março de 2024).

CANCLINI, Néstor Garcia. 2004. *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la Interculturalidad*. Barcelona, Espanha: Gedisa.



CANDAU, Vera Maria. 2008. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v13n37/v13n37a05.pdf> 6 (acessado em 22 de março de 2024).

CUNHA, Manoela Carneiro (Org). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras.

DOCUMENTOS Históricas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. 1928. v. XCV Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p.98-105.

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara; SALES, Adriana Oliveira de; ZOIA, Alceu. 2021. Formação de professores indígenas como espaço de resistência educacional. Gavagai, Erechim, v. 8, n. 1, p. 49-65, jan./jul. In: <https://periodicos.ufrs.edu.br> (acessado em 18 abril de 2024).

FREIRE, Paulo. 1987. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREITAS, Edinaldo Bezerra. 2004. Fala de índio, História do Brasil: o desafio da etno-história indígena. História Oral, São Paulo, n. 7, p. 181-197. In: [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=110](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=110) (acessado em 08 de março de 2024).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE. In: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal (acessado em 14 de março de 2024).

MIGNOLO, Walter. 2000. Local histories/global designs; coloniality, subaltern knowledges and border thinking. Princeton, Princeton University Press.

MINCHOLA, Angélica; CRUZ, José; VILLAFRANCA, Fernando; FERRO, Hugo; AROCA, Brigitte Llantoy. 2023. La deserción escolar en tiempos de pandemia: Factores que promueven el abandono de los estudios escolares. Revista de Ciencias Humanas y Sociales©. Universidad del Zulia. In: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8967841> (acessado em 03 de maio de 2024).

MORAES, Saulo Augusto de; KAYABI, Kawayp-katu; FALCÃO, Jairo Luís Fleck; ARRUDA, Renato Fonseca de; LEITE, Francine Suélen Assis; MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. 2023. Museu do Vale do Arinos: implementação de uma política municipal de patrimônio com enfoque na preservação das referências culturais indígenas. IV Congresso Científico Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – Rede-CT. UNAMA - Alcindo Cacela, Belém / Pará. Bauru/SP (FAAC/UNESP). In: <https://www.even3.com.br/iv-congresso-cientifico-internacional-da-redect-326204/> (acessado em 29 de fevereiro de 2024).



MORAES, Saulo Augusto de; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. 2021. Por uma pedagogia da luta: considerações a partir do Museu do Vale do Arinos. *In: Relatos de Experiência - Seminário de Educação-SEMIEDU (UFMT), Cuiabá. Anais estendidos. Anais [...].* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 487-497. *In:* https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/view/21075 (acessado em 02 de março de 2024).

MORAES, Saulo Augusto de. 2022. *Práxis, Tessituras e Interculturalidade: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia.* 158 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. 2019. O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas do Vale do Arinos: uma análise a partir da perspectiva indígena Munduruku. *Anais Vol. 14 (2019): Seminário de Educação do Vale do Arinos, Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso.* Juara/MT, Brasil.

OLIVEIRA, Mauricio Viana Gomes de; MARINHO, Gerson Luiz; ABREU, Ângela Maria Mendes. 2022. A população indígena Xavante em Mato Grosso: características sociodemográficas relacionadas à saúde. *Esc. Anna Nery.* *In:* <https://www.scielo.br/j/ean/a/SCBFhFZkZPX4Bfz8jrcVtQM/?format=pdf&lang=pt> (acessado em 28 de fevereiro de 2024).

POUSO, Luilton. 2017. Os Xavante e sua história pelo olhar dos salesianos Bartolomeo Giaccaria e Adalberto Heide. *Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.* *In:* <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3680/2/Luilton%20Sebasti%C3%A3o%20Lebre%20Pouso%20da%20Silva.pdf> (acessado em 14 fevereiro de 2024).

RIBEIRO, Berta G. 1989. *Arte indígena, linguagem visual.* Tradução de Regina Regis Junqueira; desenhos de Hamilton Botelho Malhano; fotos de Frederico F. Ribeiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. 1994. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. *CADERNOS DE MUSEOLOGIA* N° 3. *In:* <https://docplayer.com.br/11292594-A-preservacao-da-memoria-enquanto-instrumento-de-cidadania-maria-celia-teixeira-m-santos.html> (acessado em 09 de março de 2024).

SILVA, Aracy Lopes da. 1999. *Wamrêmé Za'ra, nossa palavra. Mito e história do povo Xavante.* *In:* <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jZgsc9pNkVV6cJXV33vj4mj/?lang=pt> (acessado em 02 de março de 2024).

SILVA, Maria Ozanira da Silva. 1991. *Refletindo a pesquisa participante.* 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Luciene Guimarães de; GUGELMIN, Silvia Angela; CUNHA, Barbara Coelho Barbosa da; ATANAKA, Marina. 2016. Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de



2010. R. bras. est. pop., Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.327-347. In:
<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/h8PH4s5CBG8PrdCh3MndfSp/?format=pdf&lang=pt>
(acessado em 13 março de 2024).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.

WALSH, Catherine. 2009. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras.

WALSH, Catherine. 2012. Interculturalidad crítica y (de)colonialidad. Ensayos desde Abya Yala. Quito, Abya-Yala/Instituto Científico de Culturas Indígenas.